



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
JORNAL IMPRESSOS

Jornal do **Dia** 20/07/2017



política



Tribuna
Gilvan Manoel

GILVANMANOEL@UOL.COM.BR

GILVANMANOEL@JORNALDODIASE.COM.BR

TCE empresta R\$ 12 milhões ao Estado

Fontes ligadas à Secretaria da Fazenda do governo estadual informaram ontem que um fato inusitado ocorreu nesta quarta-feira no gabinete do presidente do TCE-SE, Clóvis Barbosa. Pela primeira vez na história de Sergipe, uma instituição ligada a um dos poderes, o TCE-SE, repassou para os cofres do Estado a importância de R\$ 12 milhões que, somados a R\$ 11 milhões do duodécimo que o órgão deveria receber hoje (20), e mais R\$ 6 milhões da folha a ser paga nesta data aos seus funcionários, totaliza, em tese, a importância de R\$ 29 milhões.

A medida do TCE-SE vai facilitar o pagamento da última parcela dos aposentados, referente ao mês de junho/2017, bem como o repasse no fim do mês do duodécimo do Poder Judiciário, Ministério Público Estadual, Assembleia Legislativa e Defensoria Pública.

Uma reunião, ontem, entre técnicos da Secretaria da Fazenda e o presidente Clóvis Barbosa fechou o entendimento, tendo, ontem mesmo, o valor de R\$ 12 milhões sendo disponibilizados para os cofres do Estado. Ouvido, o presidente Clóvis Barbosa ratificou a notícia, manifestando-se, entretanto, laconicamente, afirmando que os poderes Executivo, Judiciário, Legislativo, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas Estadual e Defensoria estão "no mesmo barco e a solidariedade deve prevalecer neste momento de crise na arrecadação estadual".

Há, no entanto, quem critique a

ação do presidente do TCE. Um analista do órgão, que pediu ressalvas ao seu nome, disse que do ponto de vista jurídico é questionável o ato do TCE, pois assim como Clóvis Barbosa colocou ordem nas despesas da Corte de Contas, por que o Estado e os outros poderes não fizeram o mesmo? Questionável ou não, o fato é que o TCE-SE deu um grande exemplo de como se administrar a coisa pública.

Em julho do ano passado, a situação financeira do Estado era tão crítica como a atual e foi preciso atrasar os repasses para os poderes para o dia 30. Também para poder complementar o pagamento da folha dos aposentados referente ao mês anterior. Este ano a compreensão dos poderes é bem maior e o repasse deverá ser feito até o dia 25 - a data constitucional é 20 de cada mês.

Na reunião que teve na semana com os presidentes dos poderes, além dos do TCE e MPE, o governador em exercício Belivaldo Chagas e o secretário da Fazenda, Josué Passos, mostraram que a queda na arrecadação poderia continuar até setembro. Presidentes dos outros poderes queriam que fosse assegurado que o atraso do repasse só ocorreria em julho, mas o executivo não pode assumir o compromisso.

Rony Almeida, coordenador do MPE, e Clóvis Barbosa, presidente do TCE, acham que os poderes e órgãos auxiliares podem colaborar mais com o executivo neste período de crise.